

“BOTA-ABAIXO, O”

Expressão criada para designar, ao mesmo tempo, o processo de reformas urbanas operado a partir de 1903 no Rio de Janeiro, então Distrito Federal, e o prefeito da cidade à época, Francisco Pereira Passos (1902-1906). Com a expressão “o Bota-Abaixo”, buscou-se destacar a maneira radical pela qual foi implementado um conjunto de obras públicas que então redefiniram a estrutura urbana da capital federal.

No início do século XX, o Rio de Janeiro era a principal e maior cidade do país. Os constantes fluxos migratórios e imigratórios favoreceram um intenso processo de urbanização, que demandava uma reestruturação espacial daquele que era considerado o cartão postal do país. Na base desse debate sobre a necessidade de um planejamento urbano – tanto no Rio quanto em Paris –, esteve presente o conceito de política higienista, relacionada com as precárias condições sanitárias das habitações urbanas, especialmente as coletivas. Uma das figuras preeminentes desse debate foi Pereira Passos, que entre 1857 e 1860 frequentou vários cursos na École de Ponts et Chaussées em Paris, onde acompanhou as obras empreendidas por Georges Haussmann com o intuito de transformar a capital francesa em uma cidade “civilizada”, de acordo com os padrões da época. À frente da prefeitura do departamento do Sena, Haussmann desbastou o emaranhado de ruas estreitas, pôs abaixo habitações populares, e construiu em seu lugar um conjunto monumental de largas e extensas avenidas.

Sanear, higienizar, ordenar, demolir, civilizar, foram também as palavras de ordem do prefeito Pereira Passos. Por isso mesmo, cortiços, casas de cômodos, estalagens, velhos casarões, passaram a ser os alvos preferenciais da reforma urbanística que empreendeu ao longo de seu mandato. Um dos objetivos principais dessa reforma era livrar a capital federal da pecha de cidade insalubre, assolada por constantes epidemias de febre amarela, varíola e malária, com sérios prejuízos para a atividade comercial do país.

À custa da derrubada de velhos imóveis, foram alargadas e prolongadas diversas vias urbanas, como a rua do Sacramento (futura avenida Passos), a rua da Prainha (atual rua do

Acre) e a rua Uruguaiana, entre outras. Avenidas radiais e diagonais, cortando o centro em várias direções – as avenidas Mem de Sá, Salvador de Sá, Marechal Floriano – exigiram o arrasamento de morros, como o do Senado, e a demolição de moradias e casas de comércio que se encontravam no trajeto das “vias do progresso”.

A avenida Central (atual Rio Branco), que uniu o Rio de Janeiro de mar a mar, isto é, do porto, na Prainha, até a avenida Beira-Mar, é o marco principal da reforma urbana então realizada. Apesar de debitada ao prefeito, a obra foi iniciativa do governo federal, que ainda realizou obras de ampliação do porto do Rio de Janeiro, além de abrir as avenidas Rodrigues Alves e Francisco Bicalho.

São conflitantes as informações sobre o número de construções demolidas para dar passagem à nova avenida, variando entre setecentas e três mil. Ao atuar sobre velhas freguesias e distritos centrais, esse conjunto de intervenções urbanísticas resultou na destruição de quarteirões inteiros de hospedagens, cortiços, casas de cômodos e estalagens, além de armazéns e trapiches de áreas junto ao mar, forçando boa parte da população que aí vivia e trabalhava a se deslocar para os subúrbios ou a subir os morros próximos – Providência, São Carlos, Santo Antônio, entre outros –, até então pouco habitados.

Reconhecida como indispensável para o processo de remodelação urbana da capital federal, em especial pelos efeitos que teve sobre a circulação pelo Centro e sua ligação com outras zonas da cidade, a operação “bota-abaixo” ficou marcada pela maneira autoritária com que lidou com as milhares de pessoas prejudicadas pela perda de suas moradias e negócios.

Marly Motta

FONTES: ABREU, M. *Evolução*; BENCHIMOL, J. *Pereira Passos*; REIS, J. *Administrações*; ROCHA, O. *Era*.